



RESENHA

O INVENTÁRIO DAS DIFERENÇAS: HISTÓRIA E SOCIOLOGIA

VEYNE, Paul. O Inventário Das Diferenças história e Sociologia. Trad. Sônia Saizsteiin. Capa: Alfredo Aquino. Revisão: Rosângela M. Dolis Jair N. Ratter. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1983. p.52.

Solange Moreira dos Santos VELOZO (UNEMAT)¹



Paul Veyne

Inicialmente, é importante ressaltar que a obra o “**Inventário Das Diferenças**” de Paul Veyne de 1983 é o título de uma aula inaugural de 1976, que se constituiu em um discurso elaborado, de diferentes temáticas da História e da Sociologia, para falar de razões que muitas vezes poderia leva-lo a tremer em frente a uma aula inaugural. O francês, Arqueólogo e historiador nasceu em 1930, especializou-se em Roma Antiga e seu legado permanece atuais aos dias de hoje.

O autor inicia o texto com os pronomes demonstrativos “Aqueles” e “Aqueles”, para indicar “de quem se fala” e “a quem se fala” para proferir seu discurso. Entende-se assim, a quem o autor dedica as valorosas palavras desse discurso. Nessa direção, com respeito e gentileza, Veyne entende que, “ há tantas razões para alguém tremer diante de um outro”, e

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística 2017/1 e orientanda do Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karim (Coordenador do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)).

² Imagem disponível em <<http://www.livronautas.com.br/ver-autor/205/paul-veyne>>. Acesso em: 14/05/2017.



por essa razão diz que “não irá aborrece-los com descrições detalhadas de razões que lhe possa serem particulares”, mas pede licença para falar de uma única razão. Pois a razão principal, é o fato de ter sido designado para ocupar uma cadeira de História Romana, esta cadeira significa para o Arqueólogo a confiança e o respeito de seus colegas, porque segundo o autor “o interesse pelas Ciências Humanas é uma tradição” da cadeira a qual ocupa nessa sociedade. O historiador diz estar convencido de que “a História existe” ou “a “História sociológica”. Convencido também, de que os romanos existiram, o historiador compara-os aos povos tibetanos e nhambiquaras, aos modos exóticos os quais viviam, pois segundo o mesmo, “um historiador não faz falarem os romanos, os tibetanos ou nhambiquaras: ele fala em seu lugar, fala-nos deles, conta-nos quais foram as realidades históricas e ideológicas de um povo”, ou seja, fala sua própria língua. Conforme, Veyne (1983, p.4) a “História sociológica:

[...] é aquela que não se limita a narrar, nem mesmo a compreender, mas que estrutura sua matéria recorrendo à conceituação das Ciências Humanas, também chamada Ciências Morais e Políticas.

Nesse sentido, o francês propõe alguns questionamentos: O que é História e como descreve-la? Mas se a História existe, e também os romanos, existirá uma História romana? A História consistirá em contar histórias segundo a ordem do tempo? De acordo com o autor há duas respostas, uma formalmente negativa e uma materialmente positiva. “Sim, porque existe acontecimentos históricos; não, porque não existe explicação histórica”.

Veyne (1998) toma o segundo momento da filosofia aroniana da História que “conduz ao problema central da prática histórica: a determinação de constantes, acima das modificações; um físico diria: a determinação da fórmula acima dos diferentes problemas que ela permite resolver. É uma questão atual: o *Clausewitz* de Aron tem como verdadeiro tema colocar a constante ao alcance dos historiadores. Ou seja, o *Clausewitz* de Aron, metaforicamente pode ser entendido como “O pensamento de Aron”.

Em 1976, com sua intelectualidade Aron publica a obra “*Penser la guerre, Clausewitz*”³ o qual buscava atualizar o espírito, isto é, a natureza e a essência da guerra sobre

³Disponível em < <http://www.gallimard.fr/Catalogue/GALLIMARD/Bibliotheque-des-Sciences-humaines/Penser-la-guerre-Clausewitz> >. Acesso: 14/05/2017.



os pensamentos do especialista, estrategista de batalhas e teórico, *Carl Von Clausewitz (1790 – 1831)*, autor da obra “Da Guerra” que é um tratado sobre arte militar, escrito após as Guerras Napoleônicas por volta de 1816 e 1830. Porém, só foi publicado postumamente e considerada como um clássico da literatura sobre o tema “Guerra”. O militar ficou conhecido por uma definição de “guerra”, que foi propagada, porém não compreendida. Trata-se da frase: “A guerra é a continuação da política por outros meios”. Para *Clausewitz (1790 – 1831)* diz que:

“A guerra, então, é apenas um verdadeiro camaleão, que modifica um pouco a sua natureza em cada caso concreto, mas é também, como fenômeno de conjunto e relativamente às tendências que nela predominam, uma surpreendente trindade em que se encontra, antes de mais nada, a violência original de seu elemento, o ódio e a animosidade, que é preciso considerar como um cego impulso natural, depois, o jogo das probabilidades e do acaso, que fazem dela uma livre atividade da alma, e, finalmente, a sua natureza subordinada de instrumento da política por via da qual ela pertence à razão pura.” (CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, p.30).

Nessa configuração Veyne pensa colocar a constante ao alcance dos historiadores, de forma a instigar a “ambição pelo saber da História Romana”. Como diz Veyne (1983) “o historiador deve decidir o que falar e saber do que fala”. Como assevera o historiador, seu programa se constituirá nas linhas escritas por Aron em 1971:

“ A ambição do historiador, enquanto tal, continua sendo a narração da aventura vivida pelos homens. Mas essa narração exige todas as fontes das Ciências Sociais, inclusive as fontes desejáveis, mas não disponíveis. Como narrar o devir de um setor parcial, diplomacia ou ideologia, ou de uma entidade global, nação ou império, sem uma teoria do setor ou entidade? O fato de ser diferente de um economista ou sociólogo, não implica que o historiador seja menos capaz de discutir com eles em pé de igualdade. Eu me pergunto mesmo, se ao invés da vocação empírica que lhe é normalmente atribuída, ele não deve flertar com a Filosofia: quem não busca sentido à existência, não o encontrará na diversidade das sociedades e das crenças” (VEYNE, 1983, p.6-7).

Conforme o enunciado, o autor defende em seu discurso a exigência de uma teoria para cada setor ou entidade de conhecimento, e com uma postura positivista diz que: nada impede a um historiador de discutir de igual para igual, com qualquer área do conhecimento, desde que se busque nos clássicos Filosóficos e Históricos, o sentido da existência, desse modo,



“quem não busca sentido à existência, não o encontrará na diversidade das sociedades e das crenças” (VEYNE, 1983, p.6-7).

Conforme, o que segue “não se trata de interdisciplinaridade”, trata-se de verificar que as Ciências Morais e Políticas é algo convencionalmente igualmente conhecido como “Sociologia”. Nessa relação, o autor diz que: mesmo que os historiadores quisessem ser positivistas, não o conseguiriam, porque possuem uma sociologia arraigada em dizeres como palavras de guerras e cidades, desvinculada de uma teoria.

Veyne (1983, p.7), continua a questionar, mas, então, que questões é preciso formular-lhe? E de onde vêm os conceitos que a estruturam? E responde, que “Todo historiador é implicitamente filósofo, já que decide o que reterá como antropológicamente interessante”, e deve também decidir a que atribuirá importância, se (às classes sociais, às nações, aos sexos, as suas relações políticas, materiais, imaginárias etc.). Sendo assim, Veyne retoma clássicos como François Chatelet historiador, filósofo, político e professor de francês, o qual reclamou em nome Hegel, uma concepção menos formalista e mais substancial da objetividade histórica, para integrar a História da Filosofia em seu discurso.

No entanto, Veyne afirma: “os fatos são apenas a matéria da História”, nessa direção, entende-se, portanto, que os fatos, não são suficientes para informa-los. Sendo preciso que um historiador recorra às teorias políticas e sociais.

Nos anos 70 as Ciências Humanas se destacavam, porém não se aprendia o latim, mas, segundo o autor era um período em que se compreendia mais coisas do próprio mundo. Certamente, isso levou ao desvio dos clássicos. Mas Veyne encontra duas explicações possíveis:

se o público cultivado quase não interessa mais pela Antiguidade, é que, ou a Antiguidade não é interessante, ou, nós, estudiosos do tema, não soubemos fazer as pessoas se interessarem por ela.

Diante dessas explicações, o autor pergunta “o que escolher? ”. Mas isso, não significa que os historiadores tenham que mendigar opiniões, se trata de observar, segundo o autor que “ a História é feita para divertir os historiadores, é tudo”. Veyne em seu discurso, faz um esforço, para não falar em humanismo, não defender a cultura. Na perspectiva do historiador quando defendemos uma cultura ela está bem morta, portanto, a cultura deve ser inventada cotidianamente.



Dando continuidade no discurso, Veyne fala da duplicidade da formação do historiador, ela é erudita e sociológica, pois, em sua configuração entende-se como acarretamento de trabalho, porque a “Ciência progride e o mundo perde a inocência, avidamente, todos os dias, principalmente em um período que as Ciências Humanas se destaca”.

Mais uma vez com os pronomes de tratamento “Senhores, Senhoras, Paul diz que o discurso:

trata-se de conceituar, por simples curiosidade de ordem etnográfica ou sociológica, a História de um velho império, cujos principais escombros levam o nome de *Digesto** ou este Dante em duas pessoas que foram Lucrécio⁴ e Virgílio⁵. Há uma poesia do distanciamento. Nada mais longe de nós que essa antiga civilização; é exótica, digo, está extinta, e os objetos trazidos por nossas escavações são tão surpreendentes quanto os aerólitos. O pouco que nos passou da herança de Roma existe em nós em quão diluídas doses, e ao preço de que reinterpretações! Entre os romanos e nós, em um abismo foi cavado pelo cristianismo, pela Filosofia alemã, pelas revoluções tecnológica, científica e econômica, por tudo o que compõe nossa civilização. E é por isso que a História romana é interessante: faz-nos sair de nós mesmos e obriga-nos a explicitar as diferenças que nos separam dela. Uma civilização menos distante não teria essa atitude; teríamos com ela uma linguagem comum, de modo que a maior parte do que o historiador viesse a dizer poderia passar por óbvio; seria então possível a historiografia demorar-se mais tempo na penumbra em que flutua o que é apenas vagamente concebido (VEYNE, 1983, p. 9).

Portanto, é interessante, observar que Veyne (1983) retoma os filósofos e poetas da História clássica romana, que viveram no período a.C, para explicitar as diferenças que nos separam entre história e Sociologia, ou seja, para o autor as diferenças são invenções criadas: pelo cristianismo, pela Filosofia alemã, pelas revoluções tecnológica, científica e econômica, por tudo o que compõe nossa civilização. Desse modo, essas invenções é o que separam história e **Sociologia**.

A existência de *constant*es é simplesmente a exigência de uma teoria que forneça à História seus conceitos e seus instrumentos de explicação (VEYNE, 1983, p. 16). Nesse sentido, o autor diz em seu discurso que “o Marxismo pensa ser essa teoria, por produzir nos historiadores um feliz sintoma”, justificada a indicar que a narração, a compreensão, o

* *Digesto* – reunião, em um corpo de doutrinas, das decisões dos juristas romanos; publicados em 533, sob o império de Justiniano. (N. do. T.)

⁴ Disponível em < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lucr%C3%A9cio> >. Acesso em:14/05/2017.

⁵ Disponível em < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Virg%C3%ADlio>>. Acesso em:14/05/2017



impressionismo, o gosto de fazer as coisas parece vivas. Diante disso, penso que Veyne expressa o gosto de fazer reviver a História romana. Conseqüentemente, “*Constante*” para Veyne (1983, p. 17-18):

não quer dizer que a História é feita de objetos invariáveis, que jamais mudarão, mas somente se pode captar nela um ponto de vista invariável como a verdade, um ponto de vista científico, escapando às ignorâncias e às ilusões de cada época e sendo tras-históricos.

Resumidamente, a determinação de constantes é determinar as verdadeiras realidades e os verdadeiros mecanismos da evolução histórica; é explicar essa evolução cientificamente ao invés de restringir-se a narrá-la superficialmente ilusoriamente. Portanto, o autor define que “*Constante*” quer dizer, “História escrita à luz das ciências do homem”, pois, “a constante explica suas próprias modificações históricas a partir de sua complexidade”, ou “explica também sua eventual desaparecimento: a dialética das relações e das lutas de classes comporta a explicação de sua desaparecimento e o advento de uma sociedade sem classe.”

A obra **o Inventário Das Diferenças história e Sociologia**, se torna tão interessante quando observamos, que se trata de acontecimentos que são tão contemporâneos a nossa realidade, e o historiador traduz, interpreta na metalinguagem trans-histórica das Ciências Políticas o texto e reconhece aí as constantes como: imperialismo ou isolacionismo, a cobertura ideológica, a dominação de classe, e explica-nos os romanos falando a língua da verdade científica e com isso, convoca os mecanismos e as realidades da História romana e tornando-a assim inteligível.

Para o francês essa inteligibilidade começa a nascer e carrega o futuro da ciência, pelo fato de “vivermos numa época de transição”. No entanto, Veyne procura afasta-se de certas atitudes, e procura fazer Sociologia dizendo que:

“...procuremos fazer Sociologia, a teoria de tudo isso. Porque tudo isso deve estruturar em cinco ou seis conceitos, algumas variáveis, um conjunto de algumas leis, tendências ou contradições, e, enquanto eu não tiver desvendado essas articulações, não saberei verdadeiramente o que é meu acontecimento” (VEYNE, 1983, p.20).

De acordo com o que foi enunciado, podemos dizer que essa é uma das razões a que o autor se propõe a discutir, porque para ele “as ciências do homem, é que chamamos “Sociologia””, e ainda afirma, que “os historiadores não poderão fazer História sem fazê-la



avançarem ”, sem fazer-las conhecida como ciência. Com esse objetivo, Veyne cita, por exemplo, o professor Christian Meier, que escrevia alternadamente livros de História romana sobre inspirações politológicas, e livros ilustrados com exemplo da História etc.

No sentido convencional, Veyne traz a palavra “Sociologia” em homenagem a Max Weber, por ela designar todas as Ciências Humanas onde a História e como que a aplica.

Conforme Veyne (1983), as individualizações, são fatos históricos, portanto, é preciso duas atitudes: de um lado podemos designá-los e de outro descrevê-los. Isso, no entanto, lava a um questionamento “Por que duas atitudes tão desiguais diante das individualidades? ”. Para responder, o autor afirma que há duas maneiras de individualizá-las: *usando noções do senso comum* ou *recorrendo a modelos científicos*. Nesse sentido, o francês explica que, para designar um indivíduo, a linguagem corrente se utiliza de noções como: um sistema de direito que orienta e acrescenta indicadores não-conceituais. Mas nessa concepção, essas noções escapam a originalidade das coisas. Entretanto, o Veyne afirma que, “a originalidade não se escapará se dispusermos de um jogo de constantes”, a quais “manipulamos até que reproduzem as particularidades de nosso indivíduo”, ou até caracteriza-los.

Para concluir, o autor aborda duas consequências da concepção conceitualizante e individualizante da História: dar cabo ao *mito do período*, e elucidar a diferença entre *a História e a Sociologia*. Para Veyne (1983, p. 38):

O mito do período nasce de uma *dificuldade prática* e de *uma impotência*. A *dificuldade* e em dominar a documentação, as línguas e as bibliografias de mais de uma civilização, dificuldade insuperável, se bem que se costume exagerar um pouco suas consequências. A *impotência* está diante do fato de que o individual só é limitado por meio de noções muito vagas e de um indicador, temporal: “É um imperialismo, o de Roma”.

No discurso, somos convidados a abandonar, os períodos, as civilizações, as histórias nacionais, ou, só concedamos o que for requerido pelas exigências da documentação, das línguas e da bibliografia. Pois, segundo o autor, os “fatos históricos podem ser individualizados sem precisar remeter-se ao lugar que lhes corresponde num complexo espaço-temporal. Ainda conforme Veyne (1983, p. 40) “é preciso acabar com o relato contínuo”... Entendendo que, “o *continuum* espaço-temporal não passa de um quadro didático a perpetuar a tradição preguiçosamente narrativa”. Sendo assim, pode-se entender que a crítica, seja, para que os indivíduos não se limitem apenas a narrativa da História, mas que



transcenda a explicação da História. Veyne assevera que, “os fatos históricos não se organizam por períodos e povos, mas por nações; não tem que ser retomados na História em seu tempo, mas sob seu conceito. De modo que, os fatos só possuem individualidade em relação a este conceito.

Veyne diz “ter apenas uma hora” para discursar na aula inaugural, e define a História como “o inventário explicativo não dos homens ou das sociedades, mas daquilo que há de social no homem, ou, mais precisamente, das diferenças manifestadas por este aspecto social”.

Para concluir o discurso, o autor recapitula alguns pontos, reafirmando que a “A História é congenitamente científica, e, não pode ser erudição inocente, porque, existem relatos ingênuos, mas não puros”. O autor afirma, dizer que “a guerra púnica foi uma guerra, já é colocar imprudentemente os pés sobre um terreno minado, o da teoria das relações internacionais”.

Ao final, mais uma vez Veyne pede permissão, mas dessa vez para pontuar algumas confissões espontâneas, que aparentemente não estaria no discurso escrito e diz: que “não podemos nos impedir de pensar que, em História, as questões, que são sociológicas, importam mais que as respostas, efetivamente sociológicas”. Diz também, que “é mais importante ter ideias do que conhecer verdades; isso explica porque as grandes obras filosóficas, permanecem significativas e clássicas” significa também “dispor de uma tópica, tomar consciência do existe, explicita-lo, arranca-lo à mesmice”, enfim “é deixar de ser inocente, e perceber que o que é poderia não ser”, ou seja, o que é poderia ser outro. Portanto, sabendo que o real está envolto em uma indefinidade de não- realizados; percebendo que a verdade não ocupa mais o lugar elevado dos valores do conhecimento. O valor também sempre pode ser outro.

